



1.27 • Conjuntura internacional

A PAZ QUE OS SUL-COREANOS TANTO QUEREM NÃO É CERTA

Leonídio Paulo Ferreira

A QUEM VISITA O MUSEU MILITAR DE SEUL, fantástico repositório de blindados, canhões e aviões do tempo da Guerra da Coreia, é sugerido que leve um livro que se encontra junto à bilheteira. É uma oferta. Está disponível em coreano e na tradução em inglês. Volumoso, umas 550 páginas, conta dia a dia o que foi o conflito de 1950-1953, por isso o título *Korean War 1129*. Essa guerra de 1129 dias, que começou como uma invasão da Coreia do Sul pela do Norte, acabou por se tornar o primeiro grande conflito da Guerra Fria, com chineses e soviéticos a respaldarem Kim Il-Sung na sua tentativa de reunificação da Península pela força das armas, enquanto os Estados Unidos, apoiados por aliados tão diferentes como o Luxemburgo, a Turquia ou a Austrália, vieram com milhares de soldados em socorro da república liderada por Syngman Rhee, um anticomunista que reprimia com violência qualquer oposição interna e era visto como o campeão do chamado “mundo livre”.

O autor do livro é um magnata, um dos muitos empresários de sucesso que a Coreia do Sul tem – afinal esta é a 11.^a potência económica mundial. Chama-se Lee Joong-Keun, é dono de um grupo de construção e fez questão de registar com minúcia os avanços e recuos dessa guerra que terminou há sessenta e cinco anos. Tão violenta que as duas capitais, Pyongyang e Seul, foram em dado momento conquistadas e reconquistadas. Certamente quer deixar como legado que ninguém, pelo menos na Coreia do Sul, possa dizer que não sabe o quão terrível foi o choque entre coreanos, numa guerra que fez cerca de três milhões de mortos, muitos deles soldados, muitos desses estrangeiros até (36 500 americanos e 600 mil chineses), mas na maioria civis: um milhão no Sul e 600 mil no Norte, apanhados pelas balas, pelas bombas ou simplesmente pela fome e pela doença.

Estive três vezes na Coreia do Sul. E visitei, como repórter do *Diário de Notícias*, a DMZ, a zona desmilitarizada que serve de fronteira desde o armistício de 1953.

O contraste entre a tensão naquela que é muita vezes descrita como a mais perigosa fronteira do mundo e a normalidade da vida em Seul, apenas a uma hora de carro, impressionou-me. Confiantes no seu país democrático e próspero, os sul-coreanos pareciam desvalorizar a ameaça norte-coreana, mesmo quando os noticiários da CNN ou da BBC falavam de testes nucleares e de ensaios com mísseis balísticos ordenados por Kim Jong-un, neto de Kim Il-Sung, um parentesco que comprova que o regime comunista se transformou numa república dinástica onde a única ideologia perceptível é o ultranacionalismo. Na realidade, os 50 milhões de sul-coreanos têm noção do risco que correm com um vizinho totalmente

armado a norte, mas aprenderam a deixar por essa dimensão da vida nacional fosse gerida pelo Governo, que mantém uma das mais poderosas forças armadas (alicerçadas no décimo maior orçamento de Defesa do mundo) e que conta com o apoio dos Estados Unidos, que têm ainda 28 mil militares no país e que lhe oferecem a cobertura do seu guarda-chuva nuclear.

Por outro lado, o nuclear norte-coreano é assus-

“
(...) a imprevisibilidade da liderança norte-coreana ameaça todo o diálogo, sobretudo o estabelecido com os Estados Unidos na sequência da histórica cimeira de junho em Singapura, que juntou Kim Jong-un e Donald Trump.”

tador, mas, do ponto de vista de um habitante de Seul, basta a artilharia convencional para destruir em horas a capital. Foi o que me disseram, repetidamente, vários jovens sentados num bar de Itaewon, o mais internacional dos bairros da capital por se encontrar perto de uma base militar americana. “Temos de confiar na nossa capacidade de defesa e apoiar possíveis negociações de paz”, opinam. Não por acaso, o serviço militar na Coreia do Sul continua obrigatório e estende-se por dois anos, com uma rigidez absoluta, pois a possibilidade de uma nova guerra existe sempre. Basta pensar no navio sul-coreano afundado em 2010 por um do Norte perto da fronteira marítima entre os dois países (desde 1991, membros da ONU).

Foi num contexto de ameaças norte-coreanas e de inflexibilidade da parte sul-coreana, defensora de novas sanções, que Moon Jae-in foi eleito presidente em maio de 2017. Representante do centro-esquerda, este advogado de 65 anos (nasceu ainda durante a guerra) sempre se bateu pelo diálogo com a Coreia do Norte. Grande parte da sua carreira política foi feita junto de Roh Moo-hyun, um dos dois presidentes sul-coreanos que até então tinham tido cimeiras com o líder norte-coreano, em ambos os casos Kim Jong-Il, filho do fundador da República Democrática Popular da Coreia em 1948 e pai de Kim Jong-un, que governa desde 2011.

Reforçado por altos índices de popularidade, graças ao seu perfil íntegro no momento em que o país ainda lidava com o trauma da destituição da presidente Park Geun-hye num caso de abuso de

poder, Moon estendeu a mão a Kim. Um gesto ariscado, num momento em que este estava envolvido numa troca de ofensas com Donald Trump, ameaçando os Estados Unidos com mísseis e recebendo em troca promessas de um ataque preventivo contra as instalações nucleares norte-coreanas. O alarme soou sobretudo em julho de 2017, quando a Coreia do Norte testou no mar do Japão um míssil que alguns peritos, na época, consideraram capaz de atingir talvez o Alasca e de certeza Guam, território norte-americano no Pacífico.

Depois de meses de silêncio de Kim em relação às ofertas de Moon, a resposta da Coreia do Norte chegou numa mensagem de Ano Novo, com abertura ao diálogo e até ao envio de atletas aos Jogos Olímpicos de Inverno, agendados para fevereiro em Pyeongchang. Dois meses antes, numa entrevista ao *DN* em Lisboa, Enna Park, embaixadora para a Diplomacia Pública sul-coreana, admitia ter esperanças quanto à participação norte-coreana, mas que tal não se baseava em qualquer facto concreto. Só em esperança.

Demarcação destinada a definir quem e onde receberia a rendição do exército imperial japonês, o Paralelo 38 acabaria por se tornar a fronteira primeiro entre zonas de influência soviética e americana e depois em fronteira entre as duas Coreias, criadas em 1948. A guerra de três anos que se seguiu alteraria essa fronteira, mas vista no mapa a atual DMZ não se distingue assim tanto do Paralelo 38, o que torna ainda mais absurdos os três milhões de mortos de 1950-1953. No entanto, divide ainda de tal forma que os contactos entre as duas partes do povo coreano são quase nulos, o que não é sequer comparável ao que existia entre as duas Alemanhas antes da queda do Muro de Berlim em 1989. Basta ver como 89 famílias aproveitaram, em agosto de 2018, a rara oportunidade de um reencontro negociado pelos dois governos, com irmãos a verem-se pela primeira vez em seis décadas. Provavelmente também pela última vez. A imprensa internacional mostrou casos emotivos como o de Lee Keum-Seom, de 92 anos, que viajou até ao Norte para abraçar o filho, Lee Sung-Chul, que vira pela última vez tinha este 4 anos. Isolada a nível internacional, oficialmente ainda leal ao ideal de autosuficiência expresso na doutrina Juche criada pelo primeiro dos Kim, a Coreia do Norte é hoje um país pobre quando comparado com a Coreia do Sul. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Norte da Península até surgia com mais hipóteses de ser bem-sucedido: não só possuía riquezas minerais, como herdara o essencial da infraestrutura industrial criada pelos japoneses, que entre 1910 e 1945 colonizaram o país vizinho, antes independente mas na esfera de influência chinesa. Porém, a ditadura militar

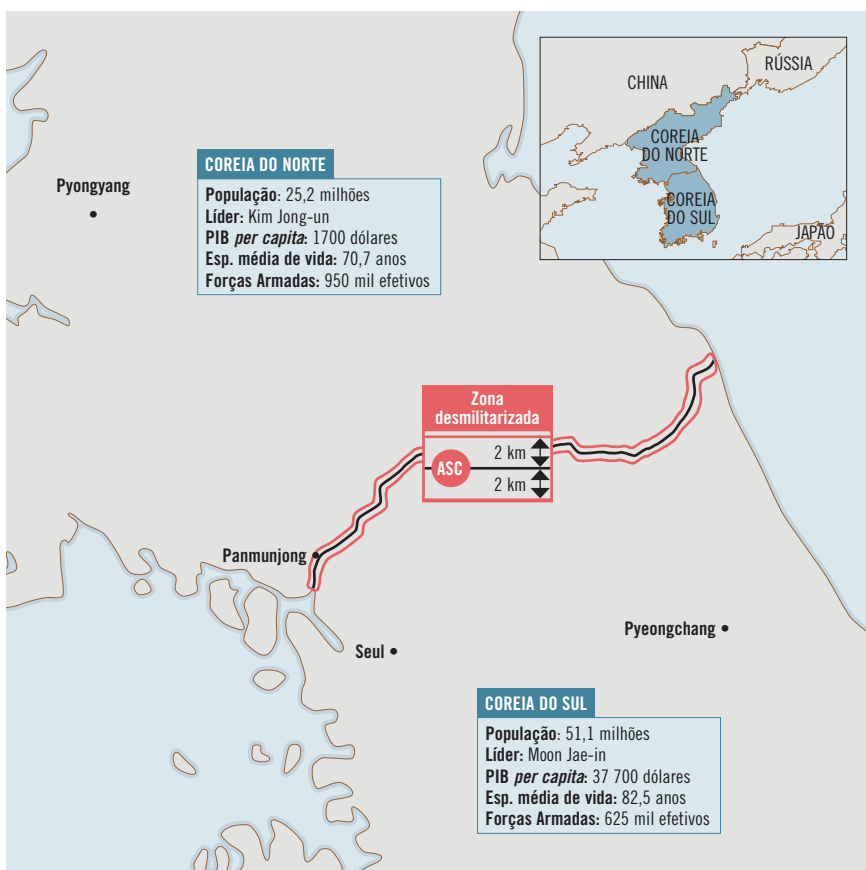
NINGUÉM QUER O FIM DA COREIA DO NORTE

Sejam claros: ninguém deseja a extinção imediata da Coreia do Norte. Por muito que o seu jovem líder seja uma ameaça, por muito que o programa nuclear do país assuste e por muito que a retórica fanfarrona do regime irrite, a Coreia do Norte não está tão cedo destinada a desaparecer do mapa, pois tal não é do interesse de nenhuma das potências, nem sequer da própria Coreia do Sul.

Imaginemos que o regime dos Kim desaparece e que após um período de alguma incerteza a reunificação coreana acontece sob a égide do Sul. Chineses e russos ficariam de repente com tropas norte-americanas na fronteira, o Japão veria um rival histórico duplicar em território, aumentar em um terço a população e somar um potencial económico tremendo a um PIB que já é o 11.º mundial. Quanto aos Estados Unidos, teriam de lidar com as preocupações chinesas e russas e com a competição entre coreanos e japoneses, os seus aliados regionais. Já a Coreia do Sul, apesar do desejo oficial de reunificação, não tem os meios económicos para enquadrar repentinamente 25 milhões de pessoas, da mesma língua é certo, mas vindas de um sistema nada adaptado ao competitivo mundo moderno que é aquele onde se movem a Samsung ou a Hyundai.

Assim, o objetivo lógico das pressões internacionais terá de ser a racionalidade do regime norte-coreano. Fazer Kim Jong-un sentir que, apesar de a guerra de 1950-1953 ainda estar à espera de um tratado de paz, nada obriga a esta tensão permanente, que prejudica sobretudo os norte-coreanos, mais pobres que os outros coreanos. Fazê-lo, porém, desistir da arma nuclear não será tarefa fácil, até porque conhece o destino de Saddam Hussein e de Muammar Kadhafi e estará convencido de que terem-se desarmado foi o que ditou o final trágico de ambos.

Mas, entre as ameaças tanto de ataque como de diálogo de Donald Trump e o estender de mão do líder sul-coreano, Moon Jae-in, talvez haja espaço para o jovem Kim sair do isolamento e envolver-se a sério nas conversações entre Pyongyang e Seul, num processo que lhe traga vantagens económicas e políticas, tanto internas como externas. Para isso resultar, Coreia do Sul e Estados Unidos têm de agir concertadamente, envolver a China e, eventualmente, até o Japão.



do general Park Chung-hee (pai da recentemente deposta presidente) trouxe o desenvolvimento económico que o regime estalinista não foi capaz de gerar e acabou por criar as condições para que a sociedade sul-coreana evoluísse para a democracia no final da década de 1980. Ora, é a debilidade económica que força Kim a negociar com o Sul e com os Estados Unidos, mesmo acusando-os de quererem derrubá-lo. Para isso é vital ter armas nucleares para efeitos de uma dissuasão que é essencial para a sobrevivência do regime, como notara já em entrevista ao *DV*

em dezembro de 2017 o investigador Luís Tomé, da Universidade Autónoma. Mas a imprevisibilidade da liderança norte-coreana ameaça todo o diálogo, sobretudo o estabelecido com os Estados Unidos na sequência da histórica cimeira de junho em Singapura, que juntou Kim Jong-un e Donald Trump.

Eleito presidente em novembro de 2016 e em funções desde 20 de janeiro de 2017, Trump é um magnata do imobiliário sem qualquer experiência de cargos militares ou políticos. A inexperiência, ligada a uma personalidade imprevisível,

complica a análise da sua política, sobretudo externa, e o caso da Ásia Oriental é emblemático. Nos primeiros tempos na Casa Branca deixou fortes críticas aos aliados, incluindo Japão e Coreia do Sul, por gastarem relativamente pouco em defesa, preferindo apoiar-se na proteção americana. Foi preciso uma visita do secretário da Defesa, Jim Mattis, a Tóquio e a Seul para tranquilizar japoneses e sul-coreanos, que se na era da Guerra Fria procuravam em Washington proteção contra Moscovo hoje receiam sobretudo a China. No caso da tradicional aliança entre os Estados Unidos e o Japão, os encontros de Trump com o primeiro-ministro Shinzo Abe trouxeram também alguma tranquilidade, graças à química pessoal entre os líderes. No caso da aliança entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos, a eleição de um presidente defensor do diálogo com o Norte coincidiu com um período de escalada verbal entre Trump e Kim Jong-un, tão grave que chegou a haver ameaças de destruição recíproca e ofensas pessoais, o que, parecendo uma contradição absoluta, acabou por funcionar a favor do diálogo entre Seul e Pyongyang.

Há sinais contraditórios da parte de Pyongyang, que se, por um lado, destruiu já algumas instalações nucleares, por outro, alerta que não tenciona desistir da tecnologia nuclear. Há também hesitações no lado americano, pois ainda em finais de agosto Mattis anunciava que os Estados Unidos poderiam recomeçar as manobras navais conjuntas com a Coreia do Sul, suspensas como gesto de boa vontade com a Coreia do Norte, para, logo depois, Trump expressar dúvidas sobre a realização dos exercícios com o argumento dos elevados custos. Por outro lado, uma nova visita do secretário de Estado Mike Pompeo a Pyongyang foi cancelada pela Casa Branca. Estas contradições são em grande medida culpa dos termos vagos da declaração conjunta de Singapura, pois trabalhar conjuntamente para a desnuclearização deixa em aberto tudo, desde as medidas efetivas até à calendarização destas. Mas, precisamente por ter alcançado resultados vagos, a cimeira permite tanto a Kim como a Trump proclamar vitória. Ao primeiro pelo reconhecimento internacional obtido, ao segundo porque mostrou capacidade de inovar na diplomacia e por, aparentemente, dar um passo decisivo no sentido de pacificar a península coreana.

E, do ponto de vista dos sul-coreanos, o processo está ou não no bom caminho, apesar de todas estas contradições? Exemplos como o recente reencontro de famílias separadas ou a medalha de prata conquistada por uma seleção intercoreana de basquetebol feminino nos Jogos Asiáticos em Jacarta dão espaço ao otimismo. A verdade é que a ligeira quebra de popularidade do presidente Moon, que chegou a ter 85% de apoio e que agora anda nos 56%, não tem que ver com a questão do diálogo com a Coreia do Norte, mas sim com o desempenho da economia, menos pujante do que é habitual no país da Samsung, da LG e da Hyundai. ■